

**REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E VIOLÊNCIA:
PONTOS, LINHAS E FEITOS DELIMITANDO
ESPAÇOS CIDADINOS**

Camila Linhares Teixeira

camilet7@hotmail.com, aluna do programa de mestrado Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina.

Omar Neto Fernandes

onbarros@uel.br professor Doutor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

O tema em questão: violência e representação espacial traz em seu bojo, a presença de elementos marcantes na constituição do homem e de suas criações. É impossível adentrar na história da humanidade sem perceber esses elementos como constituintes primários na construção das civilizações desde às aldeãs até as pequenas, médias e grandes cidades globais.

A crescente aglomeração humana em cidades tem trazido perspectivas, limitações e anseios para seus habitantes. Estamos continuamente ligados ao mito da *Urbe ideal*, como meio para o desenvolvimento e evolução de nossas humanidades. As grandes transformações na reconfiguração do espaço mundial surgem com maior afinco a partir da transformação do modelo econômico, ou seja, a Ascensão do Capitalismo. E o mesmo presságio das cidades pós burgos de que “ O ar da cidade é o ar da liberdade” (MUNFORD), ecoa atualmente por entre as cidades médias.

Este estudo realiza-se na cidade de Londrina (**ver figura 1, 2 e 3**) situada ao norte do estado do Paraná, entre as latitudes 23°08'47” e 23°55'46”S e longitudes entre 50°52'26” e 51°19'11”O. A área da cidade é de 1.715,897 Km², a altitude media é 576m. A população segundo o último censo publicado pelo IBGE (2000) é de 447.065 habitantes, com apenas 4% na área rural.

O clima é caracterizado por subtropical, com chuvas em todas as estações, a pluviosidade média é 1.592mm com a temperatura média de 22 graus; o tipo característico de solo é o latossolo, popularmente conhecido como terra roxa.

A urbanização londrinense deu-se no final da década de 1920 e início da década de 1930, foi colonizada por ingleses, com a chegada do Lord Simon Lovat, que se encantou com a fertilidade da região, pretendendo transformá-la em produtora de algodão.

Com o insucesso da empreitada e a baixa resposta de ocupação da área a Brazil Plantations Syndicate Limited através da Companhia de Terras Norte do Paraná, concebeu um dos maiores projetos imobiliários da época, ao dividir as terras em pequenos lotes facilitando assim a aquisição de terras por parte dos pequenos investidores.

Em homenagem aos colonizadores londrinos a cidade recebeu o nome de Londrina que significa Pequena Londres.

A gênese urbana de Londrina não partiu de uma ação organizada dos homens, mas de um planejamento feito pela Companhia de Terras que escolhe a área mais privilegiada topograficamente para construir a cidade, desta maneira ela estabelece todos os lugares da cidade, agindo assim de forma intentada. Esta área do planejamento inicial é o atual centro da cidade.

A princípio a cidade foi concebida para abrigar apenas 20.000 habitantes, porém como qualquer planejamento urbano e a crescente expansão urbana foi inevitável o aumento demográfico e a insustentabilidade do projeto inicial, principalmente após a expulsão do homem do campo, marcante na construção do território brasileiro, intensificada a partir de 1970.

Fato que contribui para a acelerada expansão da cidade, desde sua fundação em 1929 devido à economia baseada na agricultura de café.

Nos dias atuais, a cidade de Londrina representa o elo de um dos pólos regionais mais fortes do estado do Paraná, sendo a terceira maior cidade do sul do país, tendo sua economia pautada na prestação de serviços.

As instituições de ensino superior movimentam a economia local, e deste ponto de vista podemos considerar a cidade como uma cidade *fantasma*, ou de passagem.

Neste contexto, de cidade “nova” surge esta pesquisa, que visa contribuir para a construção e reprodução dos espaços urbanos de Londrina, ao trabalhar com os *espaços do medo*, focando os atos sofridos e praticados pelos adolescentes em conflito com a lei.

Pesquisas em diversas áreas têm sido realizadas sobre a história de Londrina¹, e ressaltamos nesta a crescente onda de crimes e violências praticadas por adolescentes.

Uma cidade de médio porte, ao contrário do que se espera da qualidade de vida desta, e da liberdade nesta, vem suscitar a mesma questão latente nas grandes “aldeias globais”, que se pararmos para refletir; vem a ser justamente a pergunta crucial em nosso cotidiano: *Quanto vale a vida?*

O ambiente urbano

São diversos os imaginários do espaço urbano, são eles dotados de simbologias diferenciadas, de significações próprias, produzidos e reproduzidos pelas relações vividas. Assim, o imaginário afeta os modos de simbolizar o que conhecemos como realidade, e essa atividade adere a todas as instâncias da nossa vida social (SILVA, 2001, p.47).

Atingimos com todo nosso aparato técnico-científico a proteção dos medos de fenômenos naturais, aos quais estavam expostos nossos ancestrais. Após descobrirmos o abrigo das cavernas, criamos meios artificiais para nos proteger. Nossas casas da Era Moderna não servem somente para nos abrigar das intempéries climáticas ou das bestas feras do campo. Temos que nos proteger uns dos outros. Contudo, o sentimento que expressa nossa sociedade atual é o Medo².

¹ Para saber mais sobre a cidade, em seus diversos aspectos ver: www.uel.br/atalsambiental .

² **Medo:** do latim *metus*. 1. Sentimento de inquietação, de apreensão em face de um perigo real ou imaginário. 2. Apreensão, receio, temor, sobressalto.

Não mais como primazia o medo do natural, mas em destaque o medo do outro. Do outro, que é ao mesmo tempo o desconhecido e o nosso igual. Talvez o leitor possa entender tais afirmações como exageradas, mas experimente reproduzir em sua memória uma cena cotidiana. Por alguns instantes pense em tudo que você faz ao sair de sua casa.

Verificar se as portas e janelas estão trancadas, acionar alarmes, e/ou dar a entender que alguém ficou em casa, se estiver motorizado olhar ao sair se não há alguém a espreita, quando chegar fazer uma pequena ronda para não ser surpreendido. Andar com os vidros e travas trancados. Em determinados horários e locais, não parar no sinal vermelho. Se for a pé, ou de transporte coletivo, observar o tipo de bolsa, e de trajas para não ser facilmente identificado como presa.

Difícilmente na cidade estamos distraídos, relaxados, leves por uma questão de sobrevivência nos mantemos em sinal de alerta todo o tempo. E muito mais quando um estranho se aproxima. Este estado de alerta contínuo nos rouba alguns anos de vida, apresentado sob a forma de *stress*, palavrinha esta que já incorporou nosso vocábulo.

Mas não é apenas tempo cronológico que perdemos, mas, sobretudo perdemos em qualidade de vida, e mudamos a maneira de nos relacionar com os espaços urbanos .

O espaço urbano

Corrêa (1989) assinala que o espaço urbano das grandes cidades capitalistas caracterizam-se pelos diferentes usos da terra justapostos entre si e que este complexo conjunto de usos da terra configuram a organização espacial da cidade. O espaço urbano destas cidades, no entanto, são simultaneamente fragmentados e articulados, pois cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, mesmo que de intensidades variáveis.

A articulação manifesta-se através das relações espaciais da luta de classes tendo como núcleo da articulação o centro da cidade.

Já a fragmentação desigual do espaço urbano desencadeia os conflitos sociais no interior das complexas estruturas sociais divididas em

classes, contrapondo os diversos segmentos que compõe os donos dos meios de produção (pequeno proprietário, fazendeiro, industrial, etc) as diferentes classes que constituem a força de trabalho (professores, executivos, médicos, etc.).

Assim compõe este espaço urbano que é complexo, mutável, desigual, articulado e fragmentado ao mesmo tempo em que impõe a dinâmica da acumulação capitalista como condicionante da sociedade provocando uma reorganização espacial.

A produção do espaço urbano

Corrêa (1989) Esclarece que o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. As ações práticas destes agentes são complexas, derivadas da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe.

Estas práticas levam a um constante processo de reorganização espacial que acontece pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social econômico de determinadas áreas da cidade.

Mesmo com todas as mudanças que acontecem as desigualdades sócio-espaciais não desaparecem: o equilíbrio social e da organização espacial não passam de discurso tecnocrático e ideológico. Deste modo, os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são:

- ✓ os proprietários dos meios de produção, sobretudo grandes industriais;
- ✓ os proprietários fundiários;
- ✓ os promotores imobiliários;
- ✓ o Estado; e
- ✓ os grupos sociais excluídos

Contudo, estes agentes sociais agem dentro de um conjunto de ações, destacando-se: - as jurídicas, que regulam a atuação deles; - as ações comuns entre os interesses das diferentes classes dominantes; - a tipologia de natureza analítica, onde conflitos desaparecem; e - as estratégias que variam no tempo e espaço, de acordo com os interesses da maximização do lucro.

Historicamente, este processo de estruturação urbana é dinâmico, e no modo capitalista de produção tanto a produção da cidade (crescimento horizontal e vertical) quanto o seu consumo (localização dos diferentes usos de solo) estão subordinados às leis de mercado e determinados pela propriedade privada da terra, que tem caráter de mercadoria e permite a extração da renda da terra. (Sposito, 1991)

Singer (1978) acrescenta que na estruturação do uso do solo urbano o centro principal (distrito financeiro, comércio, teatros, etc) possui todos os serviços urbanos e ao seu redor se localizam as zonas residenciais da população mais rica. Os serviços urbanos se irradiam do centro a periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta.

Desta forma, à distância do centro aos limites do perímetro urbano determina os gastos de transporte (em dinheiro e tempo) estabelecendo um gradiente de valores do solo urbano, que a partir do máximo, no centro principal, diminuirá até atingir os limites do perímetro urbano da cidade.

A cidade cresce na medida em que os centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que são valorizados, implicando numa reestruturação do uso de áreas já ocupadas. A classe alta que circundava o centro migra e dá lugar para novas áreas residenciais exclusivas, criadas pelos promotores imobiliários.

Deste modo, o anel residencial que circundava a cidade se desvaloriza e passa a ser ocupado por serviços inferiores: locais de diversão noturna, de prostituição, hotéis de segunda classe, pensões, cortiços, marginais, etc. Este envolvimento do centro principal por uma área em decomposição social cria condições para que a especulação imobiliária ofereça aos serviços centrais da cidade nova área de expansão. Surge assim um “centro novo” em contraste com o “centro antigo”.

Sposito (1991) expõe que até meados da década de 70, as cidades brasileiras até um determinado porte tinham praticamente um centro único e monopolizador, com forte concentração de atividades comerciais e de serviços. O crescimento populacional destas levava estas áreas centrais a um processo de expansão (heterogênea e não-linear).

Nas cidades maiores, nas metrópoles, este processo de expansão foi acompanhado da emergência de subcentros, em face de seu crescimento territorial e a impossibilidade de permanência de um único centro comercial e de serviços, em função do aumento das distâncias ao centro principal e da ineficiência do sistema viário e de transporte coletivo.

Os subcentros são caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de especialidades.

Cordeiro (1980) apud Sposito (1991) diferencia o desdobramento da área central (localização de atividade terciárias tipicamente centrais ao longo de vias de maior circulação) de expansão da área central (formação dos subcentros), pelos seguintes pontos:

- não são áreas contínuas ao centro principal ou aos subcentros;
- caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada;
- o nível de especialização destes eixos de desdobramento da centralidade é funcional e/ou socioeconômico;
- esta especialização traduz-se na procura dos segmentos de maior poder aquisitivo do mercado.

Outra forma de localização das atividades centrais, que no Brasil emergiu reestruturando os espaços urbanos das metrópoles a partir dos anos 70 e se generalizou, inclusive nas cidades de porte médio, na década de 80 foram os Shopping Centers.

Os Shoppings representam uma recriação da centralidade e pela sua multiplicidade funcional funcionam como área de lazer para as faixas de menor poder aquisitivo além de gerarem novos subcentros ao seu redor, principalmente se instalados próximos a áreas residenciais.

Assim, o ir e vir, o ter acesso e – no sentido que Lefebvre deu à expressão – o ter direito a cidade, não dependem de uma legislação que zoneia a cidade a circulação das pessoas conforme seu padrão socioeconômico, ou tampouco da exigência de um ticket ou comprovante de renda para se passear num shopping, mas esta acessibilidade vai estar mediada pelas possibilidades/dificuldades de circulação e transporte, pelo poder/não poder maior ou menor de compra, pela proximidade/distância de suas moradias, pelas maiores ou menores jornadas de trabalho (para não frisar outras determinantes secundárias como status profissionais, níveis de instrução ou mesmo filiação étnica), enfim, em função da capacidade social dos indivíduos, sendo, portanto, socialmente determinada. (Sposito, 1991)

Os proprietários dos meios de produção

Corrêa (1989) afirma que os grandes consumidores de espaço, de terrenos amplos e baratos são os grandes proprietários industriais e grandes empresas comerciais, em razão da dimensão de suas atividades. Assim a terra urbana acaba assumindo um duplo papel: o de suporte físico para a atividade econômica e de requisito locacional, que gera a especulação fundiária.

A especulação, por sua vez, onera o custo de expansão e aumenta o preço do imóvel e dos salários dos trabalhadores que refletem na diminuição do lucro das empresas.

Esta especulação fundiária interessa somente aos proprietários de terras que entram em conflito direto com os proprietários industriais, assim, os proprietários dos meios de produção pressionam o Estado para desapropriar terras, instalar infra-estrutura necessária a suas atividades e para construir casas baratas em favor da força de trabalho.

Nas grandes cidades com atividade fabril intensa estes grandes proprietários industriais criam amplas áreas fabris próximas as áreas proletárias, modelando as cidades, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra.

E quando estas empresas se vêem envolvidas por usos residenciais de status conseguem ótimo negócio na sua realocação promovida pelo Estado, em áreas amplas, baratas e com infra-estrutura.

Ateremos nossa discussão á dois produtores espaciais: os grupos sociais excluídos e ao Estado.

O Estado

Corrêa (1989) afirma que o Estado organiza espacialmente a cidade. Sua ação tem sido complexa e variável no tempo e no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade, quando atua como grande industrial, como proprietário fundiário, como promotor imobiliário, como agente de regulação de uso do solo. E também quando utiliza as terras públicas para negociação com agentes sociais.

De acordo com o pensamento de Lênin o estado é produto e manifestação irreconciliável das contradições de classes. Para Marx o estado é o órgão de dominação de classe, de opressão de uma classe pela outra e é a criação da ordem que legaliza e avaliza esta opressão amortizando o choque de classes.

Engels, no entanto, desenvolve a noção de que a força pública que dá nome ao Estado, é uma força que brota da sociedade, mas que se situa sobre ela e se divorcia cada vez mais dela a medida que os antagonismos de classe aumentam. (Lênin, 1918)

O estado sob a perspectiva marxista é definido através da relação entre luta de classes e funcionamento do aparelho do estado, onde a noção de luta de classes envolve o complexo conjunto de relações sociais.

As relações sociais são manifestadas através da: 1- criação das condições gerais de produção (infra-estrutura para reprodução das relações de produção); 2- oposição entre classes sociais de interesses antagônicos (beneficiária dos bens e vitima da segregação); 3- diferenciação política, segundo Gramsci (equilíbrio instável entre classes antagônicas); e 4- constituição da contra-hegemonia, segundo Gramsci (sistema de valores da

classe ascendente como modelo cultural nacional e de consenso). (Lojikine, 1981)

Singer (1978) ratifica que o estado como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto à empresas como aos moradores, desempenha papel importante na determinação das demandas pelo uso de cada área, específica do solo urbano e, portanto, do seu preço.

Desta forma o preço do solo urbano é dado pela conjunção de alguns fatores, como: o monopólio da propriedade, a oferta elástica e a procura rígida, a especulação fundiária refletida no mercado de construções e quando o preço de revenda é aumentado pelo déficit habitacional. Acentuado após a Segunda Guerra Mundial pela urbanização das metrópoles e por constituir um refúgio contra a intensificação do processo de inflação. (Delle Donne, 1979)

Derycke apud Delle Donne (1979) reforça como componentes do preço do solo urbano as despesas de urbanização, a água, luz, gás, telefone, rede de esgotos, ruas, etc. e acrescenta que as rendas de raridade (deriva da escassez de terrenos) e de posição (amenidade, acessibilidade ao centro, ao local de trabalho, etc.) determinam altíssima variação dos preços do solo.

Samson apud Corrêa (1989) explicita que o estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano: via desapropriação, regulamentação do uso do solo, limitação dos preços e da área de terras, aplicação de impostos, produção de espaço e infra-estrutura, na organização do crédito a habitação e controle do mercado de construções.

Neste contexto esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do estado capitalista não se efetiva ao acaso é marcada pelo conflito de interesses e tende a privilegiar aqueles segmentos da classe dominante que, a cada momento estão no poder.

O estado visando condições de realização e reprodução da sociedade capitalista age como segregador a medida que interfere na distribuição diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo. Os diferenciais de imposto territorial e predial e o planejamento de núcleos urbanos, a partir do zero, são exemplos destas formas de segregação.

A segregação residencial tem origens no século XVI e tradição Latino-Americana. Hansen ilustra com o exemplo da origem e evolução da

cidade de Mérida na península do Yucatan, no México e Paviani com o exemplo do plano piloto de Brasília e suas cidades satélites o velho modelo colonial. (Corrêa, 1989)

Mas, é somente na renovação urbana que o estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses e cria condições de circulação mais eficiente do capital. Pois, expulsa os pobres residentes dos cortiços no centro da cidade, privilegia o capital imobiliário, promove a drenagem de alagados, constrói aterros e produz novos meios de transporte de uso individual.

Os grupos sociais excluídos

(Corrêa, 1989) teoriza que constituem os grupos sociais excluídos aqueles que não tem acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, principalmente a habitação, cujo acesso é seletivo e condicionado a renda, para comprar um imóvel ou pagar aluguel. Como agravante correlato a exclusão habitacional estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego.

Assim sendo estes grupos tem como possibilidades de moradia: os cortiços (próximos ao centro da cidade) as casas produzidas em sistemas de autoconstrução (loteamentos periféricos), os conjuntos habitacionais (produzidos pelo estado, na periferia) e a favela.

As três primeiras formas de moradia estão vinculadas a um agente social, seja o proprietário fundiário ou o Estado, no entanto, nesta última forma de moradia, seus agentes – os grupos excluídos, tornam-se modeladores, produzindo seu próprio espaço. Primeiro como forma de resistência (nas encostas e alagadiços) e em seguida como estratégia de sobrevivência (próximo ao mercado de trabalho).

A segregação socioespacial está também relacionada à idéia de periferia, porém as noções de periferia são dinâmicas e se alteram ao longo do espaço-tempo. Hoje pode-se dizer que existe tanto uma segregação espacial da população pobre como uma auto-segregação da população rica. (Sogame, 2001).

Uma das formas de segregação socioespacial mais visíveis, da população pobre na cidade são as favelas. Sua origem remonta a reforma urbana. Entre 1865 e 1881, já existiam indícios da presença de cortiços instalados em morros no Rio de Janeiro, mas não constituíam aglomeração de vulto. (Abreu, 1993).

O'Neill (1986) explicita que outra forma de segregação socioespacial menos evidenciada e controlada é auto-segregação da população rica nos condomínios exclusivos. Que começam a surgir nas grandes cidades brasileiras na década de 70.

Entendidos como um conjunto de habitações, quer construídas em prédios altos, multifamiliares, quer de residências unifamiliares, isoladas por muros ou cercas da área imediatamente em torno, possuindo policiamento próprio, equipamentos de lazer, algumas possuindo outros serviços como, por exemplo, cabeleireiro e restaurante.

Eles resultam de investimentos de capital de empresas ligadas a grandes grupos financeiros, ou simplesmente da iniciativa de um grupo limitado de pessoas que tem interesses comuns e adquirem um terreno de razoável dimensão, parcelando-o e ali construindo residências. Comum a todos condomínios está a localização preferencial em áreas nobres e aprazíveis do espaço urbano.

Estes condomínios tem como finalidade a de produzir um espaço residencial segregado e abrigar indivíduos e grupos com a mesma posição social, padrão cultural e hábitos de vida semelhante. Hábitos que são referencial de valores, expectativas, padrões de consumo, conscientização que são fundamentais par garantir a reprodução de determinados grupos sociais.

A auto-segregação ocorre também no âmbito dos grupos sociais de assalariados de alto rendimento que têm se deslocado para áreas específicas das cidades, criando nelas condições de auto-segregação. Por fazerem parte da demanda solvável do mercado habitacional atraem a ação dos agentes modeladores.

Assim os moradores destes condomínios, um grupo social homogêneo em diversos aspectos, passam a ter consciência de seu espaço de residência como espaço de reprodução, que cria condições que permitem que

a sociedade se reproduza, garantindo sua perpetuação e de suas atividades e classes e, portanto, do próprio sistema econômico-social. (O'Neill, 1986)

Imagens vividas: o fantasma urbano

O fantasma urbano é o Imaginário Urbano que produz o seu rebatimento em expressões gestuais ou simbólicas que podem ser produzidas de várias formas. Nem todas as imagens emergem a nossa mente no momento que necessitamos recorrer a elas, muitas imagens ficam registradas em nosso inconsciente e estas pairam em nossos olhos e nos remetem a emoções do vivido, mesmo que não as desejemos. E tornamo-nos espectadores do que vivemos, vivenciando as sensações relacionadas à cidade, e este insight não nos é exclusivo, é por sinal – o nosso fantasma urbano.

Chamo fantasma urbano àquela presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva, por todos os seus habitantes ou uma parte significativa deles, através da qual nasce ou se vive uma referência de caráter mais imaginário do que de comprovação empírica (SILVA, 2001, p.55).

Muitas vezes o Imaginário coletivo, o fantasma urbano paira sobre nós, não nos apercebemos, ficamos como que esperando que algo aconteça, alguma coisa que nos salte aos olhos e nos explique de onde surgiu tal imagem, de onde vem todo o simbolismo que atribuímos a determinados espaços. Necessitamos explicar o ambiente exterior através de nossos sentidos, ou seja, de nosso mundo interior, mas nos faltam palavras, ações e concretizações deste ambiente e justamente,

Essa palavra que falta, que não vejo ou não conheço, mas que me afeta, faz com que nos situemos diante de fantasmas do inconsciente. Se seguirmos com a etimologia vamos ver que o inesperado parente de espectro é espectador: o que olha, vê ou observa (SILVA, 2001, p.53).

A observação constante e contínua de nosso espaço se faz acompanhada de projeções simbólicas, de transições que ocorrem modificando

nosso ser individual e coletivo. Apercebemo-nos da mudança, contudo nos sentimos como que atados, impotentes ante as dimensões do mundo cidade. Esse fragmento de espaço-tempo que nos estimula e atemoriza, advém de nossa maneira de perceber e agir sobre o ambiente, ao qual estamos expostos.

“Dessa maneira, ainda que a nossa capacidade para mudar o meio ambiente exterior seja muito limitada, temos uma capacidade virtualmente sem limites para julgar com a versão interiorizada do meio ambiente, que levamos em nossas cabeças” (LEACH, 1978, apud Silva, p.54).

As várias dimensões espaciais e temporais decorrentes dos processos que vivemos, tanto relacionados ao mundo exterior como interior, são partes indissociáveis dos processos físicos e psicológicos, estão dispostos em uma cronologia linear, mas em uma dimensão vivencial que ultrapassa, a sua imediata compreensão.

Com relação à vida interior e seu ambiente projetivo, o antropólogo Leach fala das segmentações do tempo e do espaço social na vida cultural. Quando introduz a noção de ritual, sustenta que ele marca a transição (rito de puberdade, de funeral, de cura...); é um “intervalo de intemporalidade social”, um limite entre espaço e tempo normais com a o anormal, com o sagrado e o intemporal (SILVA, 2001, p.54).

A ordem empírica cede ou é transformada pelo imaginário, como fica demonstrado do lado direito dos círculos. Ou vice-versa, a ordem imaginária cede ou é transformada pelo empírico. O interessante na visualização é a zona intermediária: nessa área obscura sucede o acontecimento fantasmal, a mescla das ordens; e sempre que se produza a mescla estaremos na vida fantasmagórica da cidade, pois enquanto o empírico é fático e demonstrável o imaginário é assimilável à fantasia (SILVA, 2001, p.59).

Nesse sentido, entendemos que mesmo as relações imaginárias, denominado aqui como produção fantasmal ocorrem em um determinado espaço. Espaço este que não é vazio de significado, mas que está repleto de produções sociais, econômicas que se delineiam, que se subscrevem neste

pela cultura do seu povo. O espaço possibilita, é ele o agente concretizador das ações empíricas e imaginárias. Nesse sentido se dão as

(...) primeiras discussões apresentadas por E. Hall (1971) e P. Levy (1938: 15) quando afirmam que tudo o que o homem faz está ligado a uma experiência de espaço: “Nosso sentimento de espaço resulta da síntese de diferentes espaços, de ordem visual, auditiva, sinestésica, olfativa e térmica. Se bem que, mesmo que cada sentido constitua um sistema complexo, todos estão, igualmente, modelados pela cultura” (SILVA, 2001, p.67).

Há várias categorias de Espaço contidas nestas experiências, nestas vivências do/no espaço. Como se formam os sentidos e significações destas categorias? Somente por meio de suas diversas atribuições culturais que estabelecem o uso social destes espaços é que as concretudes destes assumem novas formas, novos valores, novos usos atendendo não só a necessidade funcional dos espaços urbanos mas e sobretudo estabelecendo as relações de identificação; relações estas de lugar.

Onde segundo Silva; 2001.

A cidade, assim, corresponde a uma organização cultural de um espaço físico e social. Enquanto tal, uma cidade tem a ver com a construção dos seus sentidos. Haveria, conforme disse, vários espaços que pontuo deste modo em uma divisão fundamental: um **espaço histórico**, que se relaciona com a capacidade para entendê-lo em seu desenvolvimento e em cada momento; um **espaço tópico** em que se manifesta fisicamente o espaço e sua transformação; um **espaço tímico** que se relaciona com a percepção do corpo humano, com o corpo da cidade e com outros objetos que o circundam, e outro não menos importante, o **espaço utópico**, onde observamos os seus imaginários, os seus desejos,

as suas fantasias, que se realizam com a vida diária. p.77 (grifos nossos).

A cidade confere aos espaços, diferentes formas e significados específicos, os espaços urbanos são por excelência os espaços onde os simbolismos assumem suas mais variadas significações. É no espaço urbano, que a confluência de singularidades e coletivização ocorre concomitantemente.

Apenas a categoria não visível e fantasiosa o – Imaginário particular e coletivo, pode percorrer as estradas sinuosas do mundo não visível e delinear no visível suas marcas, sua assinatura ao viver o real imaginado como real territorial. É a cidade vivida, experienciada, sentida, repelida capaz de aglutinar o efervescer humano que nela se encontra, é somente a cidade em suas mais diversas possibilidades incubadora dos diversos imaginários que aí se encontram e;

(...) quando falamos do imaginário tudo se resolve na sua própria dimensão, já que o homem fantasmagórico, ou em função fantasiosa do mundo, vive o imaginado como real. Uma cidade é não só topografia mas também utopia e delírio. Uma cidade é local, aquele lugar despojado de normalidade social por um setor social. Uma cidade é dia, o que fazemos e percorremos, e é noite, o que percorremos, mas dentro de certos cuidados e certas emoções. Uma cidade é limite, até onde chegamos, mas também é abertura, desde onde entramos, uma cidade é imagem abstrata, a que nos faz evocar algumas de suas partes, mas também é iconografia no cartel surrealista ou uma vitrina que nos faz vivê-la a partir de uma imagem sedutora. Uma cidade, pois, é uma soma de opções de espaços, desde o físico, o abstrato e o figurativo até o imaginário (SILVA, 2001, p.78).

Por estas inúmeras abordagens, desse maravilhoso desenrolar de sentidos é que pesquisadores e teóricos do urbano deixam de tentar compreender a cidade como sendo simplesmente matéria palpável. O invisível esta posto ante nossos olhos ao falarmos e vivenciarmos as inúmeras

possibilidades e particularidades da cidade e de suas representações concretas, abstratas.

A idéia brusca e determinista de que na cidade o que importa é o "real", o "econômico", o "social" deixou fora outras considerações mais abstratas, mas não menos reais: podemos dizer que o real de uma cidade não são só a sua economia, a sua planificação física ou os seus conflitos sociais, mas também as imagens imaginadas construídas a partir de tais fenômenos, e também as imaginações construídas por fora deles, como exercício fabulatório, em qualidade de representação de seus espaços e de suas escrituras (SILVA, 2001, p.79)

Dessa forma, torna-se inadmissível reduzirmos a cidade ao espaço do concreto, espaço físico e territorial enquanto realidade do organismo urbano. A cidade é território do real, do imaginário, das tramas psicológicas de seus habitantes do seu ambiente físico, humano e natural é, sobretudo, lugar dos contrastes complementares onde se fazem razão e emoção; medo e destemor, amor e ódio, real e imaginário. A cidade comporta todas as singularidades, todas as diferenças, pois têm em seu âmago as relações cosmopolitas dos mais diversos personagens.

Violência, indivíduo e feitos na cidade: casos da adolescência

O conceito de violência vem aqui ser empregado, não pelo seu uso tão desgastado mais sim,

"Entendo que deve merecer a qualificação de "violenta" toda e qualquer prática responsável pela subtração arbitrária de direitos. A subtração consensual de direitos em um Estado democrático, por evidente, significará sempre um ato de força, mas não uma prática violenta; pelo que retomo em outro plano a proposição fecunda de Hannah Arendt ao distinguir os fenômenos da "força" e da "violência". A violência, adquire, assim, mais claramente, a característica de um

conceito datado, correspondente à negação de um aspecto civilizatório fundamental, a saber: a emergência da própria idéia de "direitos". (ROLIM, Marcos)³

È justamente, esta a questão que vem a ser suscitada em nossa pesquisa, a necessidade de utilizarmos de nossos conhecimentos teóricos, para um “despertar” das ações políticas, pedagógicas, sociais e políticas. Temos aqui elencado os diferentes produtores do espaço, suas transformações e (de)limitações no ambiente urbano, com o intuito de tornar nossa vida em sociedade uma realidade onde a violência não seja regra, onde as privações de muitos não gerem um estado de medo, torpor e tensão.

Nosso trabalho busca contribuir para uma análise social e espacial referente à violência urbana, focando nos atos ilícitos praticados por adolescentes no município de Londrina. Torna-se necessária a criação de estratégias e mecanismos para compreender além do por quê, como se desenvolve as ações de violência e seus lugares de evidência.

Para entender tal perspectiva, buscamos discutir teoricamente alguns aspectos relacionados à adolescência, principalmente sobre os adolescentes em conflito com a lei.⁴

Propomos ainda um banco de dados para a construção de um SIG (Sistema de Informações Geográficas), utilizando-se dos suportes da tecnologia da Informação para melhorar o trabalho de investigação de violência urbana. Para a proposição de um banco de dados sobre a violência urbana, praticadas por adolescentes, onde tais informações estão distribuídas e separadas por instituições de conferências, elencamos os diversos órgãos que poderiam repassar dados quantitativos e qualitativos acerca dos crimes

³ Texto capturado em http://www.terra.com.br/noticias/basta/art_rolim.htm

⁴ Termo utilizado para designar as pessoas, entre 12 e 18 anos de idade, que praticaram atos ilícitos e sofreram alguma espécie de sanção penal.

praticados por adolescentes em Londrina, o CIAAD5 (Centro Integrado de Ajuda ao Adolescente Infrator) e o Educandário⁶.

O trabalho justifica-se enquanto contribuição às políticas públicas sociais e a necessidade em dinamizar os serviços de atendimento à segurança pública. Será compreendido como análise os dados referentes aos anos de 2003 a 2005. Além disso, centram-se nos crimes de assaltos, violência doméstica, tráfico de drogas e homicídios praticados por adolescentes.

Enfocando os crimes (principalmente homicídios e assaltos), sobre a Violência e violações sofridas e cometidas por menores.

A sistematização de dados, esta gerando um banco de dados, agrupando as informações consideradas mais relevantes para a execução dos mapas de representação destas, como números de delitos cometidos por adolescentes, regiões de residência destes, escolaridade, estrutura familiar; etc. Com o banco de dados finalizado, os mapas serão confeccionados a partir do programa SPRING e PHILCARTHO. Representadas em cartas temáticas processadas por SIG, com síntese cartográfica baseada na cartografia integrada pelos métodos de ROSS (1995) e, estudos do laboratório COSTEL – Universidade de Rennes II – França (1995).

⁵ Órgão público estadual responsável por abrigar adolescentes em conflito com a lei encaminhados pela Vara da Infância de Londrina, ficando em um prazo máximo de 3 meses, até ser executada a avaliação pelo Juiz da Vara da Infância.

⁶ Órgão público estadual destinado aos adolescentes em conflito com a lei que receberam como avaliação a perda do direito à liberdade, ficando abrigados em unidades de sócio-educacionais, em um período entre 03 à 36 meses.

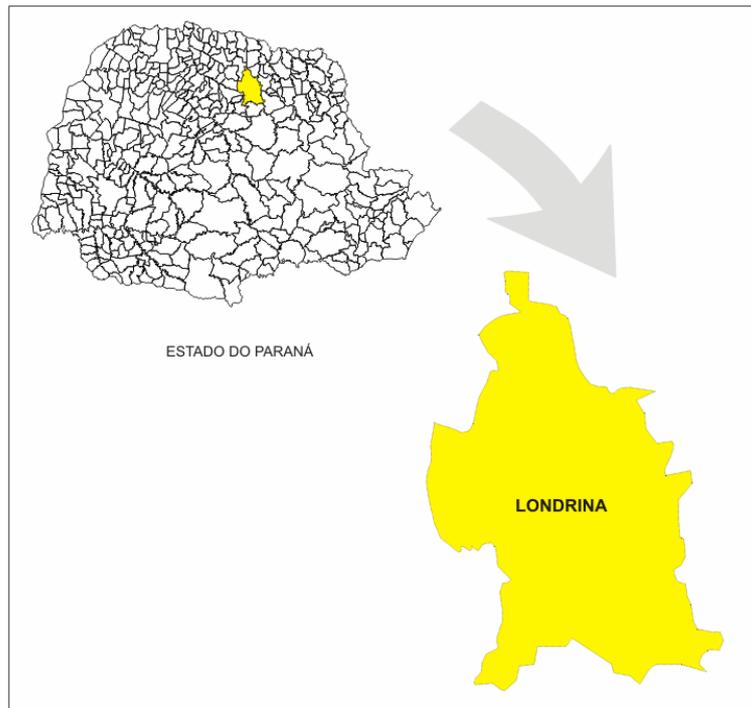


Figura 1- Localização

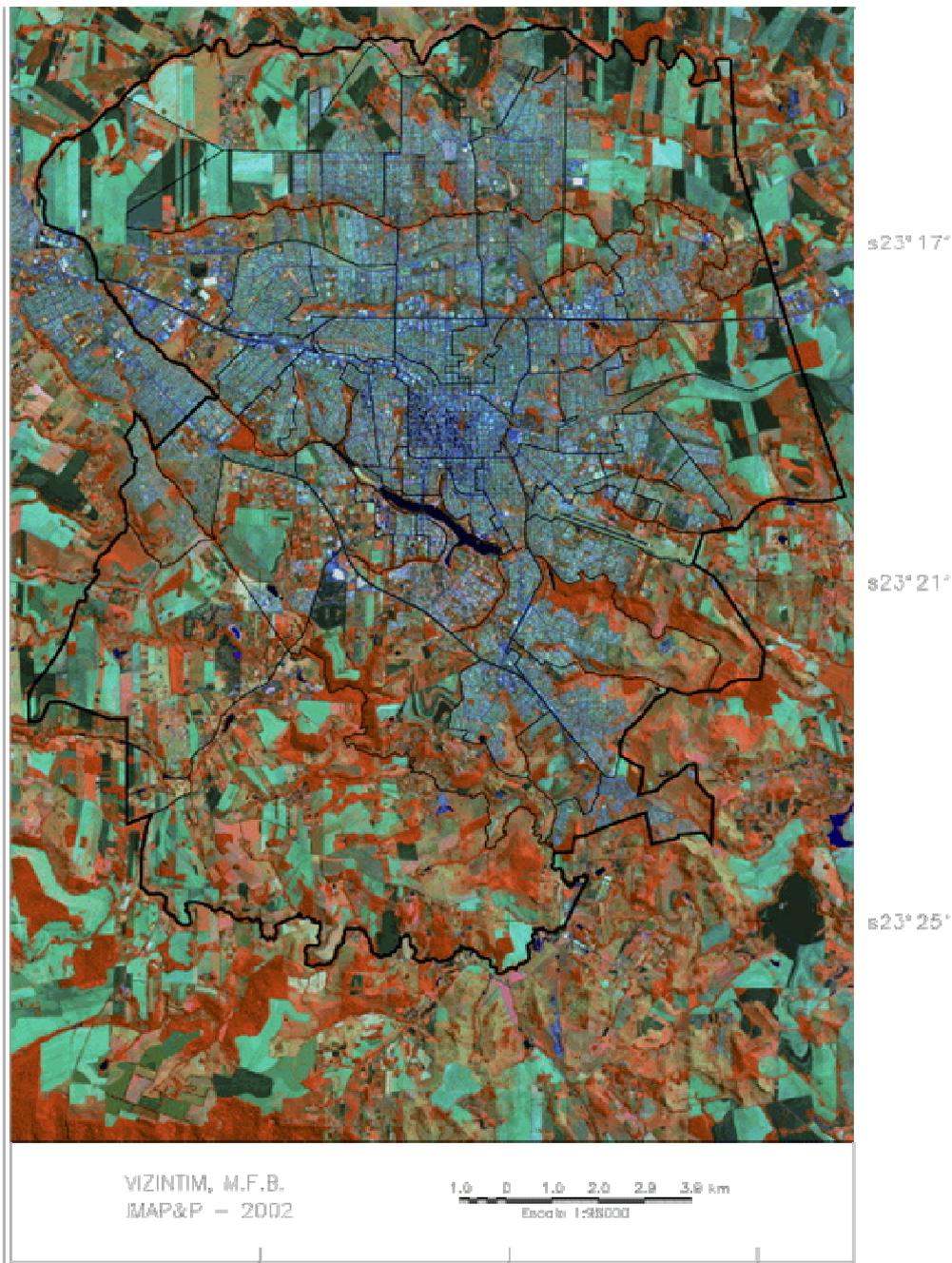
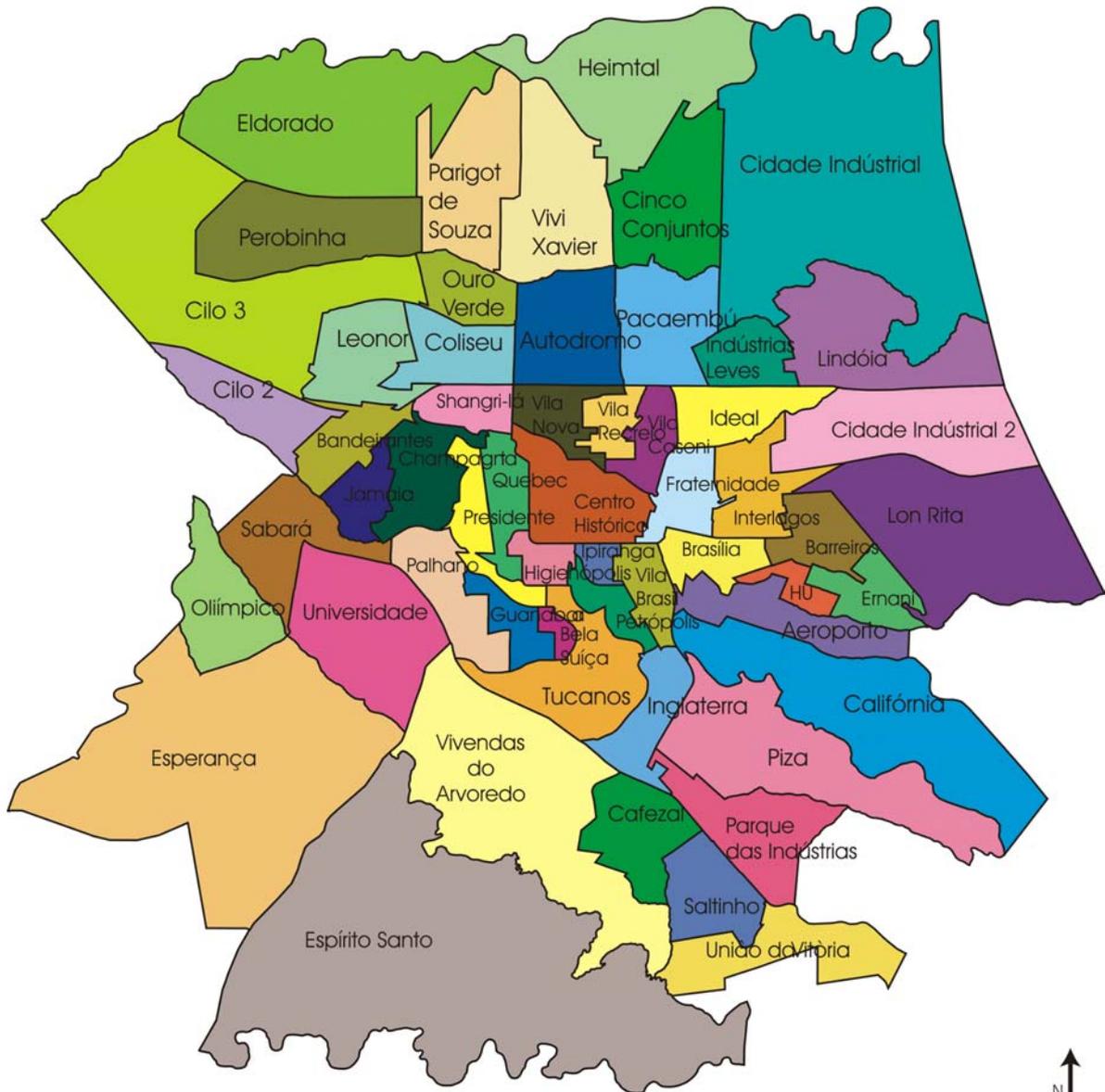


Figura 2- Imagem de satélite de Londrina e entorno

Bairros de Londrina



1.5 0 1.5 3.0 4.6 6.1 km

©MAB/RSA-2004

IMAP&P - WWW.UEL.BR/ATLASAMBIENTAL

Figura 3- Mapa Bairros Londrina

Referências Bibliográficas

- CORRÊA, R. L. – **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 1998.
- DELLE DONNE, M. – **Teorias sobre a cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1979.
- ENGEL, F. A. – **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- LEFEBVRE, H. – **O direito a cidade**. São Paulo. Ed. Moraes, 1991.
- LENIN, V. I. – **El Estado y la Revolución: la doctrina marxista del estado y las tabeas del proletariado en la revolucion**. Obras Escogida. Moscou: Editorial Progreso, 1918.
- LOJIKINE, J. – **A análise marxista do Estado**. Espaço & Debates, a.1, n.1, 1981.
- ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; n.85).
- O'NEILL, M. M. V. C. – **Condomínios exclusivos: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 48(1): 63-81, jan/mar., 1986.
- SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**, Perspectiva, São Paulo;2001
- SINGER, P. – **O uso do solo urbano na economia capitalista**. in MARICATO, E. (org). – A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa Ômega, 1979.
- SOGAME, M. – **Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial**. Geografares, Vitória, n. 2, jun. 2001.
- SPOSITO, M. E. B. – **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Ver. Geografia, São Paulo, 10: 1-151, 1991.
- TUAN, Yi-Fu; **Paisagens do Medo**. Trad.Lívia de Oliveira. – São Paulo; ed. UNESP, 2005.